



**Portefólio de Seguros de
Responsabilidade Civil
Hiscox Portugal**

Índice

Parte I	Condições Particulares
Parte II	A sua Apólice
Parte III	Condições Especiais
	a. Definições
	b. O que está coberto
	c. O que nós não pagaremos e Exclusões
	d. Limite de Indemnização, Gestão de Reclamações, Defesa, Obrigações e Disposições adicionais
Parte IV	Condições Gerais

Obrigado por ter escolhido a Hiscox para segurar os riscos do seu negócio.

Introdução

Em conformidade com a legislação em vigor, os documentos que constituem a **Apólice** descrevem as coberturas da mesma, e a forma como pode ser acionada e como as **Reclamações** devem ser notificadas e são geridas.

Ao abrigo desta **Apólice**, a cobertura é acionada unicamente pela **Reclamação** ou **Reclamação Potencial** ou **Perda**.

É muito importante para **nós** que **você** compreenda plenamente os termos e condições da **sua Apólice**. Por favor, leia atentamente a **Apólice**. Se **você** tiver dúvidas sobre qualquer aspeto relacionado com a **sua Apólice**, pode obter o devido esclarecimento junto do **seu** mediador ou corretor de seguros.

Informa-se que a **Hiscox Europe Underwriting Ltd, Sucursal em Portugal (HEUL)**, é um mediador de seguros britânico, com sede social no Reino Unido, estando devidamente registada junto da autoridade de supervisão inglesa competente, a Financial Services Authority (FSA), sob o n.º 6712051. Em Portugal, a **HEUL** está representada através de uma Sucursal, com domicílio no Atrium Saldanha, sito no Praça Duque de Saldanha, 1 – 5º, 1050-094 Lisboa, e tem poderes de representação que lhe permitem atuar, em nome e por conta do **Segurador** descrito nas Condições Particulares da **Apólice**, nomeadamente a Hiscox Insurance Company Ltd, Sucursal em Portugal e/ou Hiscox Syndicate 3624 do Lloyd's of London. Cópias das procurações estão na posse da entidade de supervisão local do Estado inglês.

Esta **Apólice** está sujeita à legislação aplicável em matéria de contratos de seguro.

Módulos de Coberturas

Esta **Apólice** pode consistir numa série de módulos de coberturas diferentes, dependendo de quais **você** tenha decidido subscrever. A **nossa Apólice** garante coberturas especificamente adaptadas a cada categoria de riscos profissionais, devidamente detalhadas nas Condições Especiais aplicáveis. Pode obter junto do **seu** mediador ou corretor de seguros a lista completa dos diversos módulos de cobertura que temos disponíveis para subscrição.

Detalhe da Apólice

A **sua Apólice** é constituída pelos seguintes documentos:

1. Condições Particulares e eventuais **Atas Adicionais**;
2. Condições Especiais dos módulos de coberturas contratados;
3. Condições Gerais.

Em caso de divergência ou contradição entre as Condições Particulares e as Condições Especiais e Gerais, fica convencionado que o disposto nas Condições Particulares prevalece sobre as demais, permanecendo válido o estipulado nas Condições Especiais e Gerais que não seja afetado por tal contradição.

Glossário de Definições Específicas

	<p>As palavras que aparecem abaixo a negrito são utilizadas ao longo deste módulo de coberturas de seguro de Responsabilidade Civil Profissional para Consultores de Negócios, e têm o mesmo significado como definido no presente Glossário, salvo disposição em contrário, quer sejam utilizadas no singular ou no plural, independentemente do local onde figurem.</p>
Apólice	<p>Fazem parte da Apólice este documento, as Condições Gerais e os módulos de coberturas adicionais, bem como as respetivas Condições Especiais e Particulares, qualquer Ata Adicional e o correspondente questionário e/ou proposta de seguro.</p>
Ata Adicional	<p>Qualquer alteração acordada entre nós, por escrito, aos termos e condições da presente Apólice.</p>
Atividade	<p>A(s) atividade(s) descrita(s) nas condições particulares da Apólice, que você desenvolve e executa na prossecução do seu negócio, no âmbito dos Limites Territoriais.</p>
Cliente	<p>Qualquer pessoa ou entidade com a qual você tenha contratado uma prestação de serviços ou a quem fornece um produto tecnológico que se enquadre no âmbito da sua Atividade.</p>
Contrato Escrito	<p>Um acordo legalmente vinculativo e evidenciado num documento escrito assinado pelos contraentes. Esta definição não inclui os acordos verbais.</p>
Custos de Defesa	<p>Todos os honorários de advogados e/ou de peritos, razoáveis e necessários, e outros custos legais incorridos com o nosso consentimento prévio, por escrito, na regularização, investigação, resolução, recurso e/ou resposta a um recurso, relacionados com uma Reclamação, Reclamação Potencial ou Perda coberta pela Apólice, excetuando quaisquer custos fixos, despesas gerais do negócio, salários e/ou remunerações incorridas por si, ou por qualquer outra pessoa ou entidade também abrangida por este módulo de cobertura.</p> <p>Serão igualmente considerados como Custos de Defesa os custos decorrentes da sua obrigação legal com a constituição de cauções judiciais que tenham a finalidade de garantir a sua responsabilidade civil, ou com a constituição de cauções judiciais que possam ser impostas com o intuito de garantir a sua liberdade condicional, como consequência de uma Reclamação enquadrada nas garantias deste módulo de cobertura.</p>
Dano Corporal	<p>Morte ou qualquer lesão corporal ou mental, bem como a doença de qualquer pessoa.</p>
Dano Material	<p>Perda material, dano ou destruição de um bem tangível, incluindo a perda de utilização desse bem.</p>
Data de Retroatividade	<p>A data estabelecida como Data de Retroatividade nas Condições Particulares da Apólice. No entanto, no que diz respeito a qualquer Reclamação emergente de atividades desenvolvidas por uma Entidade Adquirida, a Data de Retroatividade significa a data em que o Segurado tomou o controlo societário da referida entidade, salvo se nós tivermos acordado, por escrito, de forma diferente.</p>
Empregado	<p>Qualquer pessoa que execute funções laborais exclusivamente em seu nome, no exercício normal da sua Atividade, que esteja sujeito ao seu controlo e direção, e a quem você forneça os instrumentos e/ou local de trabalho para desenvolver a referida Atividade. Esta definição não o inclui a si nem aos seus trabalhadores independentes.</p>
Entidade Adquirida	<p>a. Qualquer entidade que o Segurado direta ou indiretamente adquira durante o Período do Seguro, mas apenas e quando a dita entidade: a) realize a mesma Atividade que o Segurado; b) a respetiva faturação anual seja inferior a 20% do volume de negócios anual bruto do último exercício financeiro do Segurado; c) não esteja sediada nos Estados Unidos da América e/ou Canadá; d) não exista qualquer Reclamação ou Potencial Reclamação contra a referida entidade; ou</p> <p>b. Qualquer entidade que o Segurado possa adquirir durante o Período do Seguro, cuja faturação do último exercício exceda 20% do volume de negócios anual bruto do Segurado e/ou esteja sediada nos Estados Unidos da América e/ou Canadá, mas apenas se nos for submetida pelo Segurado uma notificação escrita da aquisição, no prazo de 30 dias após a efetiva aquisição, e nós tivermos dado o nosso consentimento prévio, por escrito, de aceitação de cobertura a essa entidade, ao abrigo deste módulo</p>

	de cobertura, e o Segurado tenha pago o prémio adicional que possamos exigir e tenha aceite quaisquer eventuais condições, termos e exclusões especiais.
	Para efeitos desta definição, “aquisição” significa adquirir ou tomar posse de mais de 50% dos direitos de voto ou dos ativos de qualquer entidade.
Franquia	A quantia indicada nas Condições Particulares da Apólice pela qual você é responsável. Nós só seremos responsáveis pelas quantias que excederem o valor da franquia, também aplicável aos Custos de Defesa .
Jurisdição aplicável	Significa os Tribunais da jurisdição competente nos países incluídos no âmbito da Jurisdição aplicável , constante das Condições Particulares da Apólice .
Limite de Indemnização	O Limite de indemnização estabelecido nas Condições Particulares da Apólice .
Limites Territoriais	A área geográfica indicada nas Condições Particulares da Apólice , que delimita o âmbito da cobertura deste módulo de coberturas.
Nós/Nos/Nosso	O Segurador identificado nas Condições Particulares da Apólice .
Perda	Significa um prejuízo financeiro causado ao seu negócio.
Perda potencial / Reclamação potencial	Qualquer evento, facto ou circunstância suscetível de conduzir a, ou originar, uma Reclamação e/ou uma Perda cobertas por este módulo de coberturas.
Perdas consequenciais	Puras perdas financeiras resultantes diretamente de um Dano Corporal ou de um Dano Material coberto pela Apólice .
Período do Seguro	O período durante o qual este módulo de coberturas se encontra em vigor e que consta das Condições Particulares da Apólice , para o qual você pagou, e nós aceitámos, um prémio de seguro. Este contrato de seguro está sujeito a prorrogação tácita e automática, tal como estabelecido na Apólice .
Publicidade	A publicidade, <i>marketing</i> , anúncio ou promoção da sua Atividade realizada nos Limites Territoriais contratados.
Reclamação	Qualquer declaração escrita de imputação de responsabilidade ou qualquer pedido de compensação financeira, bem assim como qualquer ação, procedimento judicial ou medida cautelar, proposta ou realizada pela primeira vez contra si dentro do âmbito da Jurisdição aplicável .
Segurado	A entidade indicada como Segurado nas Condições Particulares da Apólice .
Seu/Si/Sua/Você	Significa: <ul style="list-style-type: none"> a. O Segurado ou qualquer Subsidiária existente ou Entidade Adquirida; b. Administradores, Diretores, Gerentes, Assessores Jurídicos internos ou <i>Risk Managers</i> do Segurado, ou de qualquer Subsidiária existente ou Entidade Adquirida.
Situações relacionadas	Todas as situações que tenham comonexo ou núcleo comum o mesmo, ou mesmos, factos, circunstâncias, eventos, transações ou causas, ou séries de factos, circunstâncias, situações, eventos, transações ou causas relacionadas.
Subscritor	A Hiscox Europe Underwriting Ltd, Sucursal em Portugal (HEUL) , é um mediador de seguros britânico, com sede social no Reino Unido, estando devidamente registada junto da autoridade de supervisão inglesa competente, a Financial Services Authority (FSA), sob o nº 6712051. Em Portugal, a HEUL está representada através de uma Sucursal, com domicílio no Atrium Saldanha, sito no Praça Duque de Saldanha, 1 – 5º, 1050-094 Lisboa, e tem poderes de representação que lhe permitem atuar, em nome e por conta do Segurador descrito nas Condições Particulares da Apólice .

Subsidiária

Qualquer entidade declarada no **seu** Questionário/Proposta de seguro, que forma parte integrante desta **Apólice**, mas apenas se relativamente a essa(s) entidade(s):

- a. o **Segurado** detiver mais de 50% dos respetivos direitos de voto à data do início do **Período do seguro**; e
- b. o respetivo valor da faturação anual e a **Atividade** tiverem sido declaradas no **seu** Questionário/Proposta de seguro para esta **Apólice**.

Secção I Responsabilidade Civil Profissional

Reclamações contra si

Você será indenizado das quantias previstas em “O que **nós** pagaremos” destas Condições Especiais, mas não pelas quantias mencionadas em “O que **nós** não pagaremos”, pelo valor que exceder a **Franquia**, sempre que o desempenho da **Atividade** segura por **si**, ou por outros em **sua** representação (designadamente **seus Empregados**, subcontratados ou contratados em regime de colaboração externa), durante ou após a **Data de Retroatividade**, resultar numa **Reclamação** efetuada pela primeira vez contra **si** durante o **Período do Seguro** (ou durante qualquer período adicional de reclamação contratado) e notificada segundo os termos da **Apólice**, devido a, ou alegadamente devido a:

- A. **Responsabilidade contratual:** significa o incumprimento não intencional de um **Contrato Escrito**, incluindo um acordo escrito de níveis de serviço que forme parte de tal contrato, sempre que a **Reclamação** seja apresentada por um **Cliente**;
- B. **Negligência:** significa erro ou omissão negligente, ou violação do dever de cuidado e de diligência razoável e necessária; declarações ou representações negligentes; transmissão negligente de um vírus informático ou *worm* ou *logic bomb* ou *Cavalo de Troia*; ou negligência relacionada com ataques de negação de serviço;
- C. **Quebra de Confidencialidade:** significa violação de qualquer dever de confidencialidade; captação ou gravação não autorizada de imagens ou som em violação de normas jurídicas; ou violação do direito de privacidade, designadamente intromissão na vida privada de uma pessoa ou apropriação indevida da imagem, nome ou voz de uma pessoa para obtenção de vantagens comerciais;
- D. **Direitos de Propriedade Intelectual:** significa violação de direitos de propriedade intelectual, designadamente infração de direitos de autor ou de *copyright* ou de marca registada; contrafação ou usurpação; uso ilegal de marca registada; infração relacionada com a aparência geral dos direitos de propriedade intelectual; apropriação indevida de domínio de Internet; ou violação de direitos morais de terceiros relacionados com uma violação de direitos de propriedade intelectual;
- E. **Práticas desleais:** significa concorrência desleal, práticas comerciais enganadoras ou designação falsa de origem, mas apenas se alegadas em estrita conexão com qualquer **Reclamação** que esteja coberta por esta secção de cobertura ao abrigo da alínea (D) acima;
- F. **Difamação:** significa difamação, nomeadamente libelo, injúrias, calúnias, menosprezo ou apreciações falsas relativamente a um produto;
- G. **Responsabilidade extracontratual:** significa qualquer outra fonte de responsabilidade civil não excluída em “Exclusões” destas Condições Especiais e que seja resultante da **Atividade** desenvolvida pelo **Segurado**.

Coberturas adicionais

A. Honorários Contratuais

Se um **Cliente seu** se recusar a pagar o montante de honorários contratado por um trabalho ou por parte do mesmo, incluindo quantias que **você** deva legalmente a subcontratados à data dessa primeira recusa, e **você nos** confirmar que:

1. não tem bases legais suficientes para obrigar ao pagamento do montante devido; e
2. existir prova escrita da intenção do **seu Cliente** de apresentar uma **Reclamação** formal contra **si**, que estaria garantida ao abrigo desta Secção I “Reclamações contra si”, por um valor coberto pela **Apólice** que seria superior ao montante de honorários devidos por esse **Cliente**;

então **nós** pagaremos a **si** o montante de honorários devido, descontado da **Franquia** aplicável, não incluindo quaisquer quantias **suas** a título de lucros ou ganhos cessantes, custos fixos de negócio, margens comerciais e impostos ou outras responsabilidades tributárias pelos quais **você** seja legalmente responsável, se **nos** confirmar que ao fazê-lo se evita e encerra a pretensão, por parte desse **Cliente**, de apresentar uma **Reclamação** ou **Reclamação Potencial**.

Se ainda assim for apresentada por esse **Cliente** uma **Reclamação** contra **si** posterior ao **nosso** pagamento dos honorários contratuais devidos, **nós** iremos proceder à respetiva regularização, mas o **nosso** pagamento total relacionado com essa **Reclamação**, incluindo os **Custos de Defesa**, será deduzido das quantias já pagas, a **si** ou em **seu** nome, não podendo, em caso algum, exceder o **Limite de Indemnização** indicado nas Condições Particulares da **Apólice**.

B. Perda de Documentos

1. **Os seus próprios documentos** – Se durante o **Período do Seguro** qualquer dos **seus** documentos, que seja necessário para o exercício da **sua Atividade**, se perder ou for danificado ou destruído, e desde que o dito documento tenha permanecido sempre ao **seu** cuidado, custódia e controlo, **nós** indemnizaremos o custo, descontado da **Franquia**, de recuperação, reconstituição ou substituição dos **seus** documentos, até ao sublimite indicado nas Condições Particulares. Não ficam abrangidos por esta cobertura quaisquer dados guardados eletronicamente.
2. **Os documentos dos seus Clientes** – Se durante o **Período do Seguro** qualquer documento ou dados eletrónicos dos **seus Clientes**, que tenham sido confiados ao **seu** cuidado, se perderem ou forem danificados ou destruídos, e desde que os ditos documentos ou dados eletrónicos tenham permanecido sempre sob o **seu** cuidado, custódia e controlo, **nós** indemnizaremos o custo, descontado da **Franquia**, de recuperação, reconstituição ou substituição desses documentos ou dados eletrónicos, até ao **Limite de Indemnização** da **Apólice** estipulado nas Condições Particulares.

C. Desonestidade de Empregados

1. **As suas próprias Perdas** – Se durante o **Período do Seguro**, e no exercício das **suas Atividades**, **você** sofrer uma **Perda** em consequência de um ato de desonestidade cometido pelos **seus Empregados** ou colaboradores independentes, diretamente contratados por **si** e sob a **sua** supervisão, praticado com a manifesta intenção de causar uma **Perda** e obter um ganho financeiro para além de salários, bónus, prémios ou comissões, **você** será indemnizado por **nós** do montante da **Perda**, descontado da **Franquia**, até ao sublimite fixado nas Condições Particulares da **Apólice**.
2. **Prejuízos financeiros dos seus Clientes** – Se durante o **Período do Seguro**, e no decurso do exercício das **suas Atividades** para um **Cliente**, um **seu Empregado** ou colaborador independente, diretamente contratado por **si** e sob a **sua** direção e controlo, cometer um ato desonesto, fraudulento, malicioso ou criminoso, então **você** será indemnizado por **nós**, em excesso da **Franquia** aplicável, dos montantes pelos quais **você** seja legalmente responsável e obrigado a pagar na sequência de uma **Reclamação**, desde que abrangidos e previstos em “O que **nós** pagaremos” destas Condições Especiais, mas não pelas quantias mencionadas em “O que **nós** não pagaremos”. **Nós** não indemnizaremos qualquer **Empregado** que efetivamente cometa ou conspire ou atue em conluio relativamente ao referido ato desonesto, fraudulento, malicioso ou ilegal.

D. Danos Causados ao seu Website

Se durante o **Período de Seguro** o **seu website** for danificado ou destruído, em consequência de manipulação indevida por qualquer outra entidade para além de **si**, então **você** será indemnizado por **nós** pelo custo de restauração do **seu website**, até ao sublimite indicado nas Condições Particulares, descontado da **Franquia** aplicável.

E. Danos Corporais

Se durante o **Período do Seguro**, e desde que abrangida por esta secção “Reclamações contra **si**”, for efetuada uma **Reclamação** contra **si** por **Danos Corporais**, que seja diretamente emergente de qualquer aconselhamento, especificação, *design*, fórmula ou indicação dada por **si** a um **Cliente**, então **você** será indemnizado por **nós**, em excesso da **Franquia** aplicável, das quantias pelas quais **você** seja legalmente responsável e desde que previstas em “O que **nós** pagaremos”, mas não pelas quantias mencionadas em “O que **nós** não pagaremos” destas Condições Especiais.

F. Marketing/ Publicidade do seu Negócio

Se devido à **Publicidade** do **seu** negócio, efetuada por **si** ou por outros em **sua** representação durante ou após a **Data de Retroatividade**, for efetuada uma **Reclamação** contra **si** pela primeira vez durante o **Período de Seguro** e notificada de acordo com os termos da **Apólice**, por quaisquer factos ou circunstâncias, reais ou alegados, cobertos no âmbito das alíneas (D) a (F) da secção I “Reclamações contra **si**” destas Condições Especiais, então **você** será indemnizado por **nós**, em excesso da **Franquia** aplicável, das quantias previstas em “O que **nós** pagaremos”, mas não pelas quantias mencionadas em “O que **nós** não pagaremos” destas Condições Especiais.

G. Danos à sua Reputação

Se durante o **Período do Seguro** for efetuada contra **si** uma **Reclamação** que esteja coberta pela **Apólice**, em conformidade com o disposto nesta secção “Reclamações contra **si**” destas Condições Especiais, e **nós** aceitarmos que foi causado um dano significativo à **sua** reputação em virtude dessa **Reclamação**, então **você** será indemnizado por **nós**, em excesso da **Franquia** da **Apólice**, pelas despesas e gastos razoáveis em que **você** incorrer para restaurar a **sua** reputação, desde que tenha sido solicitado e obtido o **nosso** consentimento prévio, por escrito, e até ao sublimite indicado nas Condições Particulares.

H. Extensão do Período de Reclamação

1. Se a **Apólice** for cancelada ou não prorrogada por decisão **nosssa** ou **sua**, **você** poderá contratar um período adicional de reclamação, mediante o **seu** pedido por escrito e a **nosssa** aceitação tácita, e sujeita ao **seu** pagamento do prémio adicional que possamos solicitar. Esta extensão não será aplicável se:
 - a. A **Apólice** tiver cessado a sua vigência por **nosssa** iniciativa;
 - b. Estiver em falta o pagamento de parte ou da totalidade dos prémios da **Apólice**; ou
 - c. Esta **Apólice** tiver sido substituída ou sucedida por qualquer outro contrato de seguro que garanta, total ou parcialmente, os mesmos riscos cobertos por esta **Apólice**.
2. A extensão do período adicional de reclamação aplicar-se-á apenas às **Reclamações** que:
 - a. sejam efetuadas pela primeira vez contra **si** e notificadas a **nós** durante este período adicional; e
 - b. sejam relacionadas ou decorrentes do desempenho das **suas Atividades**, durante ou após a **Data de Retroatividade** e antes da data efetiva de cessação ou de não prorrogação da **Apólice**.
3. O prémio adicional e a respetiva data de efeito desta extensão serão estabelecidos em **Ata Adicional**.
4. A receção do **seu** pedido para contratação do período adicional de reclamação e o respetivo pagamento de prémio adicional que possamos solicitar devem ser efetuados até 30 dias após a efetiva data de cessação ou de não prorrogação da **Apólice**. Caso **nós** não tenhamos recebido a confirmação do pagamento de prémio adicional durante o referido período de 30 dias, serão por **nós** recusados quaisquer direitos **seus** de contratação de qualquer período adicional de reclamação e mais nenhum período adicional de reclamação será por **nós** proporcionado para esta **Apólice**.

5. Sem prejuízo do disposto nos números (1) a (4) atrás, **você** terá sempre direito a um período adicional de reclamação de 365 dias após a data termo da **Apólice**, para **Reclamações** que sejam efetuadas pela primeira vez contra **si** e notificadas a **nós** durante este período automático, desde que relacionadas com o desempenho das **suas Atividades** durante ou após a **Data de Retroatividade**, e antes da data termo da **Apólice**.

Esta extensão automática não será aplicável se estiver em falta o pagamento de parte ou da totalidade dos prémios da **Apólice**, ou se esta **Apólice** tiver sido substituída ou sucedida por qualquer outro contrato de seguro que garanta, total ou parcialmente, os mesmos riscos cobertos por esta **Apólice**.

6. O **Limite de Indemnização** aplicável a qualquer período adicional de reclamação acima mencionado será o **Limite de Indemnização** remanescente da **Apólice** à data do seu efetivo termo, cessação ou não prorrogação. Não existirá qualquer **Limite de Indemnização** adicional ou em separado para qualquer período adicional de reclamação, e nenhum período adicional de reclamação significará o aumento ou reposição do **Limite de Indemnização**, nem de qualquer sublimite específico da **Apólice**.

I. Ação Declarativa

Desde que aplicável nos territórios em que **você** desenvolve a **sua Atividade**, se ocorrer uma situação em que:

1. **você** receba uma indicação, por escrito, por parte de um reclamante, de que **você** está a infringir direitos de *copyright* ou de marca registada; e
2. esse reclamante tiver formalizado uma **Reclamação** por escrito, e em resposta a essa mesma **Reclamação** **você** ter apresentado uma ação declarativa, e como consequência da mesma o reclamante apresentar uma contra reclamação ou reconvenção contra **si**, alegando efetiva infração de direitos de *copyright* ou de marca registada; e
3. tal contra reclamação ou reconvenção se encontrar coberta pela **Apólice** e tenha sido interposta contra **si**, enquanto **você** promovia a tramitação processual da **sua** ação declarativa;

então **você** será indemnizado pelo valor razoável dos honorários de advogados em que incorrer, em excesso da **Franquia** da **Apólice**, para promover a tramitação processual da **sua** ação declarativa.

Secção I**O que nós não pagaremos**

- A. **Você** não será indenizado por quaisquer **Custos de Defesa** relacionados com qualquer **Reclamação**, ou parte de uma **Reclamação**, não coberta por esta **Apólice**.
- B. **Você** não será indenizado por quaisquer **Custos de Defesa** que não tenham sido previamente autorizados por **nós**
- C. **Você** não será indenizado por quaisquer quantias **suas** a título de custos fixos ou de despesas gerais, de impostos pelos quais **você** seja responsável, de custos de oportunidade ou lucros ou ganhos cessantes, de salários ou outras remunerações, ou de qualquer futuro custo operacional, incluindo, mas não limitado a, o custo de licenças ou *royalties*, custos com a melhoria dos **seus** sistemas de segurança ou com a realização de auditorias.
- D. **Você** não será indenizado por quaisquer quantias a título de créditos de serviço ou de qualquer outro tipo de penalizações contratualmente estipuladas, bem como por quaisquer penalizações civis, administrativas, fiscais ou criminais, incluindo o pagamento de sanções punitivas, compulsórias ou não compensatórias, multas, coimas, impostos, ou em virtude de responsabilidade financeira sancionatória ou reintegratória, pela devolução de garantias ou lucros considerados ilícitos e quaisquer juros moratórios ou compulsórios e/ou múltiplos de indemnizações por danos, bem como pelos custos associados ao cumprimento de medidas ou procedimentos cautelares ou de coação.

Secção II**Responsabilidade Civil Profissional****Exclusões**

Você não será indenizado por quaisquer quantias previstas em “O que **nós** pagaremos” destas Condições Especiais ou por quaisquer **Custos de Defesa**, por qualquer **Reclamação**:

1. Emergente ou alegadamente emergente de qualquer conduta fraudulenta, desonesta, criminoso ou dolosa, cometida de forma imprudente e sem consideração pelos direitos de terceiros (mas não em relação a uma **Reclamação** por difamação coberta por esta **Apólice**); conduta com a intenção de causar dano a outra pessoa ou negócio; relacionada com a violação intencional de uma lei, por **si** ou por outrem, da qual **você** tivesse tido conhecimento e com a qual **você** haja concordado ou ativamente aprovado; ou de qualquer outro ato ou evento que, no momento da sua realização, **você** tivesse conhecimento, ou seria razoavelmente expectável ter conhecimento, que daria origem a uma **Reclamação** ao abrigo desta **Apólice**.

Esta exclusão não se aplicará a menos que:

- a. Essa conduta ou violação intencional da lei tenha sido reconhecida por uma sentença judicial ou administrativa transitada em julgado, ou através de qualquer outro meio de resolução de conflitos; ou
- b. **Você** tenha admitido a realização desse ato ou conduta ou violação intencional de uma lei; ou
- c. **Você** ou **nós** descobramos provas ou factos reveladores de tal conduta ou da violação intencional de uma lei;

caso em que **você nos** reembolsará de todos os pagamentos por **nós** realizados e relacionados com tal conduta ou violação intencional de uma lei, cessando todas as **nossas** responsabilidades, deveres e obrigações em relação a tal **Reclamação**.

2. Emergente de ou relacionada com qualquer investigação governamental ou imposição de qualquer regulação estatal ou governamental.
3. Emergente ou alegadamente emergente de qualquer, real ou presumível:
 - a. violação de qualquer norma jurídica relativa a valores mobiliários;

- b. violação de qualquer regulamentação ou legislação fiscal;
 - c. incumprimento ou falha no cumprimento de qualquer dever fiduciário por **si** assumido.
4. Emergente ou alegadamente emergente de, ou relacionada com, qualquer forma de conluio, extorsão, ameaça de violência ou ato de conspiração, ou violação de qualquer norma jurídica relacionada com estes atos ou ações.
5. Emergente de qualquer **Reclamação** efetuada contra **si** por:
 - a. qualquer pessoa ou entidade cobertas por esta **Apólice**, que esteja abrangida pelas definições de **seu/si/sua/você** e qualquer **Subsidiária** ou **Entidade Adquirida**;
 - b. qualquer **Empregado**;
 - c. qualquer entidade em que **você** detenha uma participação, de forma direta ou indireta, superior a 15%, ou em que **você**, direta ou indiretamente, exerça parcial ou totalmente o controlo e/ou a gestão; ou
 - d. qualquer pessoa ou entidade que detenha uma participação, de forma direta ou indireta, superior a 15% em qualquer entidade abrangida pela definição de **si**, ou que direta ou indiretamente exerça o controlo ou a gestão parcial ou total do **seu** negócio.
6. Emergente ou alegadamente emergente de qualquer luta armada, comoção ou conflito civil, nacionalização, confisco, requisição, expropriação, apropriação, apreensão ou destruição de quaisquer bens, por ou sob ordens de qualquer governo ou autoridade pública ou local, ou emergente de desastres naturais, incluindo terremoto, erupção vulcânica, maremotos ou *tsunamis*, inundações, tempestades ou outros desastres naturais.
7. Emergente ou alegadamente emergente de quaisquer atos de terrorismo ou ameaça de atos de terrorismo, incluindo, mas não limitado a, qualquer ato praticado com recurso ao uso de força ou violência, por qualquer pessoa ou grupo de pessoas, quer atuando sozinhas quer por intermédio de, ou com ligação a, qualquer organização ou governo, cometido por motivações políticas, religiosas, ideológicas ou com propósitos semelhantes, incluindo a intenção de influenciar qualquer governo, ou de instigar medo na população em geral ou em qualquer fação desta.
8. Emergente ou alegadamente emergente de qualquer tipo de poluição, contaminação ou exposição a quaisquer substâncias tóxicas, incluindo, mas não limitado a, poluição sonora, campos eletromagnéticos, ondas de rádio, riscos nucleares, radiação nuclear ou contaminação radioativa; ou da extração, processamento, fabrico, uso, teste, propriedade, venda ou remoção de amianto, fibra de amianto ou qualquer material que contenha amianto; ou exposição a amianto, fibra de amianto ou qualquer material que contenha amianto; ou ainda quaisquer instruções, recomendações, avisos, supervisão ou conselhos dados, ou que deveriam ter sido dados, relacionados com amianto, fibra de amianto ou quaisquer estruturas ou materiais que contenham amianto.
9. Emergente, ou alegadamente emergente ou relacionada, com radiações ionizantes e/ou campos eletromagnéticos.
10. Emergente ou alegadamente emergente de qualquer tipo de publicidade falsa ou enganosa.
11. Emergente ou alegadamente emergente de quaisquer quantias estipuladas contratualmente, que **você** seja obrigado a indemnizar ao abrigo dessas cláusulas de indemnização e que **você** não estaria obrigado a indemnizar caso essas cláusulas de indemnização não existissem.

12. Emergente ou alegadamente emergente de:
 - a. Qualquer litígio prévio ou em curso, **Reclamação**, reivindicação ou exigência por escrito, arbitragem, procedimento regulatório ou administrativo ou investigação iniciada ou efetuada contra **si** e dos quais **você** já tivesse conhecimento ou tenha sido notificado antes da data de início do **Período do Seguro**;
 - b. Qualquer facto ou circunstância, real ou presumível, de que antes do início do **Período de Seguro** **você** já tivesse conhecimento, ou devesse razoavelmente ter conhecimento, que poderia dar origem a uma **Reclamação** ao abrigo desta **Apólice**;
 - c. Qualquer **Reclamação** ou **Reclamação Potencial** notificada por escrito ao abrigo de outro contrato de seguro em vigor, anterior ao início do **Período do Seguro** desta **Apólice**; ou
 - d. dos mesmos factos ou **Situações Relacionadas** com qualquer **Reclamação** mencionada nas alíneas (a), (b) ou (c) atrás.
13. Emergente ou alegadamente emergente de, reais ou presumíveis, infrações, uso ou divulgação de patentes; ou uso, divulgação ou apropriação indevida de segredos comerciais.
14. Emergente ou alegadamente emergente de concorrência desleal, práticas comerciais enganadoras, restrições ao comércio, práticas de abuso de posição dominante ou de violação de regras anti monopólio.

Esta exclusão não é aplicável à cobertura específica estabelecida na Secção I “Reclamações contra si” alínea (E), estipulada em “O que está coberto” destas Condições Especiais.
15. Emergente ou alegadamente emergente de qualquer, real ou presumível:
 - a. Responsabilidade ou incumprimento de qualquer dever ou obrigação assumidos por **si** e relacionados com a gestão ou administração de qualquer programa de benefícios em favor de trabalhadores, planos de saúde, planos ou fundos de reforma, e pensões ou fundos *Trust*, incluindo a violação ou alegada violação de qualquer legislação ou regulação específica e relacionada;
 - b. Responsabilidade ou incumprimento de qualquer dever ou obrigação assumidos por **si** enquanto empregador;
 - c. Perseguição, discriminação, assédio, despedimento ilícito ou retaliação, incluindo, mas não se limitando, aos efeitos negativos e prejudiciais;
 - d. Responsabilidade ou incumprimento de qualquer dever ou obrigação assumido perante **si** e/ou os **seus** sócios, por qualquer dos **seus** administradores, gerentes, diretores, pessoa com deveres fiduciários ou membros do conselho geral e de supervisão ou do órgão de fiscalização, quando atuam nessa qualidade ou relativos ao exercício de função diretiva.
16. Emergente ou alegadamente emergente de qualquer falha ou interrupção no fornecimento de serviço de Internet, ou de telecomunicações, ou de energia, ou de quaisquer serviços ou infraestruturas considerados básicos.
17. Emergente ou alegadamente emergente, ou com fundamento em quaisquer custos ou despesas incorridos por **si** ou por terceiros com reparações, atualizações, melhorias, correções, retiradas ou substituições.
18. Emergente ou alegadamente emergente de qualquer, real ou presumível:

- a. Responsabilidade contratual quando, no momento da celebração do **Contrato Escrito** com o **seu Cliente** ou da alteração de um contrato vigente, **você** já tivesse conhecimento, ou devesse razoavelmente ter conhecimento, da não existência de suficientes meios e recursos técnicos, criativos, logísticos ou financeiros para cumprir o acordado, incluindo a **sua** promessa, no âmbito de um acordo de nível de serviços, de cumprir com um certo e determinado nível de desempenho.
 - b. Violação de qualquer acordo de exclusividade, pacto de não-concorrência, acordo de não-solicitação ou outras obrigações comerciais que façam parte do **Contrato Escrito** celebrado entre **você** e o **seu Cliente**.
19. Emergente ou alegadamente emergente da **sua** decisão comercial de deixar de disponibilizar ou providenciar um **Produto** ou serviço abrangido pelo âmbito das **suas Atividades**.
20. Emergente ou alegadamente emergente de qualquer litígio comercial com um **seu** sócio ou parceiro empresarial, mas apenas na medida em que tal **Reclamação** seja devida a:
- a. Comissões ou *royalties*, ou qualquer outra forma que signifique a quantia que determinado sócio ou parceiro deva receber de **si** como compensação pelos negócios celebrados e efetuados em conjunto, ou relacionada com qualquer outro tipo de compensação ou renumeração prometida ou devida por **si**; ou
 - b. **sua** decisão de deixar de trabalhar com determinado sócio ou parceiro.
21. Emergente ou alegadamente emergente de quaisquer **Danos Materiais**.
Esta exclusão não se aplicará quando o **Dano Material** for diretamente resultante de desenhos, planos, especificações, fórmulas, instruções ou aconselhamentos preparados ou dados por **si** a um **Cliente**.
22. Resultante de, ou relacionada com, quaisquer **Atividades** sujeitas a seguro obrigatório de responsabilidade civil.
23. Emergente ou alegadamente emergente da **sua** insolvência, liquidação ou falência.
24. Emergente ou alegadamente emergente de qualquer litígio societário, greve ou *lockout*.
25. Emergente ou alegadamente emergente de qualquer incumprimento, total ou parcial, ou de cumprimento defeituoso, de uma **sua** promessa ou garantia de resultados.

Secção I
O que nós
pagaremos

- A. **Você** será indemnizado pela quantia acordada entre **você** e **nós** através de uma negociação de boa-fé ou de qualquer outra forma alternativa de resolução de conflitos para solucionar uma **Reclamação, Reclamação Potencial** ou **Perda** enquadrada nas coberturas da **Apólice**, incluindo qualquer compensação pecuniária determinada para o pagamento de prejuízos, honorários de advogados, juros e custos que **você** esteja legalmente obrigado a pagar.
- B. **Você** será indemnizado pelos **Custos de Defesa**, cobertos pela **Apólice**, incorridos com o **nosso** prévio consentimento.
- C. **Você** será indemnizado pelas cláusulas penais indemnizatórias acordadas no **Contrato Escrito** que constituam uma efetiva e razoável estimativa dos prejuízos que possam ser legalmente reclamados a **si**, excetuando quaisquer descontos ou créditos contratuais.
- D. Se durante a defesa de uma **Reclamação, Reclamação Potencial** ou **Perda**, **você** e qualquer **seu Empregado** forem obrigados a prestar depoimento em tribunal a pedido expresso dos **nostros** advogados, **nós** reembolsaremos os respetivos custos e despesas incorridos por cada dia, ou parte do dia, por **si** e/ou por qualquer **seu Empregado**, até aos seguintes limites:
1. qualquer **seu** membro ou titular de órgão de direção ou administração até 500,00 € por dia;
 2. qualquer **Empregado** até 250,00 € por dia;
 3. qualquer outra pessoa relevante até 200,00 € por dia.

Secção II
Quanto é que nós
pagaremos

As Condições Particulares da **Apólice** estabelecem o **Limite de Indemnização** e a **Franquia** aplicável a cada módulo de cobertura, bem como a base de aplicação do **Limite de Indemnização** e da **Franquia**. As Condições Particulares da **Apólice** identificam igualmente a que módulos de cobertura é aplicável um único **Limite de Indemnização** agregado.

- A. O montante máximo agregado que **nós** pagaremos ao abrigo desta **Apólice**, por todas as **Reclamações** e **Custos de Defesa**, é o **Limite de Indemnização** indicado nas Condições Particulares da **Apólice**, independentemente do número de **Reclamações** feitas ou **Segurados** envolvidos.
- B. Se a **Apólice** estabelecer sublimites, então esses sublimites serão aplicados. Todos os sublimites constantes da **Apólice** estão incluídos no **Limite de Indemnização** aplicável e não acrescem a esse **Limite de Indemnização**, salvo convenção em contrário.
- C. A cobertura estabelecida para cada módulo é independente e não se sobrepõe à cobertura estabelecida em qualquer outro módulo. Em nenhuma circunstância deve uma única **Reclamação, Reclamação Potencial** ou **Perda** ser enquadrada em mais de um módulo de cobertura.
- D. Em qualquer fase de uma **Reclamação** coberta pela **Apólice**, **nós** podemos pagar a **si** o **Limite de Indemnização** aplicável ou o remanescente do **Limite de Indemnização** em relação a essa **Reclamação**. Neste caso não teremos mais quaisquer responsabilidades pelo pagamento de **Custos de Defesa** adicionais, além dos já incorridos até esta fase

Se a **Reclamação** estiver sujeita a um sublimite, em qualquer fase **você** poderá ser indemnizado de acordo com esse sublimite e **nós** não teremos qualquer responsabilidade adicional por essa **Reclamação** coberta pela **Apólice**. Neste caso não teremos mais quaisquer responsabilidades pelo pagamento de **Custos de Defesa** adicionais, além dos já incorridos até esta fase.

Secção III
Notificar o
Segurador**1. RECLAMAÇÕES**

Você está obrigado a notificar-**nos** da ocorrência de **Reclamações** e/ou **Perdas**, tão brevemente quanto possível, desde o momento em que **você** tenha conhecimento dessa **Reclamação** ou **Perda**, mas, em qualquer circunstância, nunca após o prazo de 30 (trinta) dias depois do fim do **Período do Seguro**.

2. PERDA POTENCIAL OU RECLAMAÇÃO POTENCIAL

Você está obrigado a notificar-**nos** das **Reclamações Potenciais** ou **Perdas Potenciais** cobertas por esta **Apólice**, desde o momento em que **você** tenha conhecimento dessa **Reclamação Potencial** ou **Perda Potencial**. Esta notificação deve ser realizada tão breve quanto possível e durante o **Período do Seguro**, devendo identificar os elementos caracterizadores da **Reclamação Potencial** ou **Perda Potencial**, nomeadamente a identificação dos potenciais reclamantes, a fundamentação para a sua eventual reclamação, valores eventualmente reclamados e qualquer outra informação adicional, referente à **Reclamação Potencial** ou **Perda Potencial**, que **nós** possamos solicitar. **Nós** consideraremos qualquer **Reclamação** ou **Reclamação Potencial** subsequente e decorrente dos mesmos factos dessa notificação, como se a mesma tivesse sido feita pela primeira vez contra **si** na data em que **você nos** notificou dessa **Perda Potencial** ou **Reclamação Potencial**, mesmo quando efetuadas já após o fim do **Período do Seguro**.

A notificação de **Reclamações Potenciais** ou **Perdas Potenciais** tem de ser realizada de acordo com as especificações estabelecidas para o efeito nas Condições da **Apólice**.

3. COMUNICAÇÃO ESPECIAL PARA RECLAMAÇÕES OU RECLAMAÇÕES POTENCIAIS

Nós não faremos qualquer pagamento, incluindo **Custos de Defesa**, respeitante a qualquer parcela ou totalidade de qualquer **Reclamação**, **Reclamação Potencial** ou **Perda**, a menos que **você** nos forneça informação completa e exata, em tempo oportuno, sobre todas as **Reclamações**, **Reclamações Potenciais** e **Perdas** de que **você nos** tenha notificado, de acordo com os termos desta **Apólice**. Se **você**, ou alguém em **sua** representação, tentar enganar-**nos** deliberadamente, prestando informações falsas relacionadas com a referida notificação, **nós** não efetuaremos qualquer pagamento respeitante a qualquer **Reclamação**, **Reclamação Potencial**, **Perda** ou **Perda Potencial** decorrente, ou relacionada, com essa notificação, incluindo **Custos de Defesa**.

Todas as **suas** notificações devem ser feitas por forma escrita e podem ser efetuadas através do **seu** mediador ou corretor de seguros.

Secção IV
Gestão das
reclamações e
controlo da defesa

- A. **Nós** temos o direito de, mas não a obrigação, de em **seu** nome controlar e dirigir a investigação ou defesa, ou negociar um acordo de qualquer **Reclamação**. Se **nós** considerarmos necessário, nomearemos um consultor, um assessor ou um advogado, ou qualquer outra pessoa que entendamos adequada para negociar e gerir a **Reclamação**.
- B. A **nossa** aceitação de qualquer **Reclamação** não faz diminuir a **sua** obrigação de tomar as medidas necessárias e razoáveis para corrigir qualquer problema no **seu** trabalho. **Nós** não realizaremos qualquer pagamento, incluindo **Custos de Defesa**, respeitante a qualquer parcela ou totalidade de qualquer **Reclamação** se **você** não tomar as referidas medidas razoáveis.
- C. **Você** pode propor que **nós** instruamos o **seu** Advogado, mas concordar fazê-lo estará inteiramente sujeito ao **nosso** critério, e tal deverá ser proposto e concordado por escrito.
- D. **Você** terá de **nos** dar, ou a alguém nomeado por **nós**, a **suas** custas, toda a assistência, cooperação e informação que **nós** possamos razoavelmente requerer nos termos da presente **Apólice**, e **você** deve tomar as medidas que **nós** razoavelmente requeiramos para evitar, minimizar ou regularizar qualquer **Reclamação** ou **Reclamação Potencial**, incluindo o pagamento da **Franquia**, quando requerido por **nós**.

Módulo de coberturas para consultores de negócios

Condições Especiais de Responsabilidade Civil Profissional

Limite de Indemnização, Gestão de Reclamações, Defesa, Obrigações e Disposições adicionais

- E. **Você** tem de **nos** notificar imediatamente após receber uma proposta de acordo, mas **você** não pode realizar qualquer acordo, ou assumir qualquer obrigação ou responsabilidade sem o **nosso** prévio consentimento.
- F. **Nós** não negociaremos qualquer acordo para o qual não tenhamos obtido a **sua** concordância e o nosso acordo não será injustificadamente recusado ou atrasado.
- G. Verificando-se a possibilidade de negociar um acordo de boa-fé com a parte reclamante, por um montante que **nós** consideremos razoável e que permita solucionar a **Reclamação** ou **Perda**, mas que **você** recuse, continuaremos a providenciar cobertura para essa **Reclamação** ou **Perda**, e **você** não será obrigado a aceitar esse acordo. No caso de **você** recusar qualquer proposta de acordo que **nós** possamos recomendar, fica convencionado que a responsabilidade máxima que **nós** iremos assumir por essa **Reclamação** ou **Perda** será a correspondente ao montante do referido acordo, acrescido dos **Custos de Defesa** pagos até à data da **sua** recusa.

Se o montante em questão for superior à **Franquia**, então, mediante o **seu** pedido e a **nossa** aceitação expressa, **nós** poderemos pagar a **si** a totalidade desse montante numa única tranche, e **você** deve declarar que **nos** considera exonerados de quaisquer responsabilidades relacionadas com a **Reclamação** ainda pendente, assumindo **nós**, em contrapartida, que não exerceremos o direito de regresso sobre o montante pago por parte ou totalidade da **Reclamação**, mesmo que no final a dita **Reclamação** venha a ser resolvida por uma quantia inferior ao montante por **nós** pago a **si**.

- H. Na eventualidade de um **seu Cliente** se recusar a pagar parte ou a totalidade dos honorários contratualmente acordados (incluindo qualquer montante que **você** esteja legalmente obrigado a pagar a subcontratados na data em que o **seu Cliente** apresenta a primeira recusa), e **nós** estivermos convencidos de que:
1. **Você** não tem motivos razoáveis e suficientes para exigir legalmente o pagamento do montante em dívida; e
 2. Existe evidência escrita de que o **seu Cliente** tem intenção de efetuar contra **si** uma **Reclamação** legítima enquadrável na Secção I “Reclamações contra **si**” em “O que está coberto” das Condições Especiais, por um montante coberto por esta **Apólice** que é superior ao montante de honorários em dívida,

então **você** poderá ser indemnizado por **nós** do montante de honorários devido, descontado da **Franquia** aplicável, até à concorrência do **Limite de Indemnização** (excluindo quaisquer quantias **suas** a título de lucros ou ganhos cessantes, margens comerciais e impostos pelos quais **você** seja legalmente responsável), se **nós** ficarmos convencidos de que, ao fazê-lo, se consegue evitar e resolver a **Reclamação** e qualquer **Reclamação Potencial** por parte desse **Cliente**.

Se ainda assim for posteriormente feita contra **si** uma **Reclamação** por esse mesmo **Cliente**, após o **nosso** pagamento dos **seus** honorários contratuais devidos, então os pagamentos que **nós** possamos efetuar por danos decorrentes e por **Custos de Defesa** de tal **Reclamação** serão deduzidos do montante já pago por **nós**.

- I. **Você** deve dar-**nos** toda a assistência e cooperação que **nós** razoavelmente requeramos para prosseguir, às **nossas** custas, o direito de sub-rogação sobre terceiros que **nós** possamos ter relacionado com qualquer **Reclamação** ou **Perda**.
- J. **Você** deve abster-se de praticar atos que possam prejudicar os **nostros** direitos de sub-rogação sem primeiro obter o **nosso** prévio consentimento escrito. Quaisquer quantias obtidas a título do exercício do direito de sub-rogação serão para **nosso** ressarcimento dos eventuais montantes indemnizados e **Custos de Defesa** que **nós** tenhamos pago e qualquer quantia remanescente será paga a **si**.
- K. **Você** e **nós** devemos envidar os melhores esforços para determinar uma justa alocação das coberturas e garantias desta **Apólice**. Se não concordarmos numa justa alocação, **nós** e **você** concordamos em seguir o processo de resolução de conflitos estabelecido nestas Condições Gerais da **Apólice**.

Incumprimento de obrigações e declaração inicial de risco

- A. Se **você** não cumprir alguma das obrigações previstas na **Apólice**, **você** apenas terá direito a uma indemnização ao abrigo da mesma se provar que **nós** não sofremos qualquer prejuízo ou dano como resultado do **seu** não cumprimento.
- B. **Você** dá a **sua** confirmação formal de que todas as respostas dadas ao questionário ou proposta de seguro, e que toda a documentação apresentada por **você** ou por alguém em **sua** representação, que deram origem a esta **Apólice** e que foram consideradas por **nós** na decisão de contratar esta Apólice com **você**, são válidas, verdadeiras, corretas e não enganosas de qualquer forma. Se **nós** constatarmos que as referidas respostas ou documentação fornecida, em qualquer dos seus elementos, é errónea, falsa ou incorreta, então **nós** temos o direito de considerar esta **Apólice** nula e sem qualquer efeito desde a sua data de início.

Múltiplas reclamações decorrentes de um único evento

Todas as **Reclamações** ou **Reclamações Potenciais** que derivem de **Situações Relacionadas** serão tratadas como se de uma única **Reclamação, Perda** ou **Reclamação Potencial** se tratasse.

O prémio de seguro

Você está obrigado a pagar o prémio de seguro. Salvo convenção em contrário, o prémio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato de seguro. As frações seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prémio.

Na vigência do contrato, **você** será avisado por **nós**, por escrito, do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data em que se vence o prémio, ou frações deste. Deste aviso constarão as consequências da falta de pagamento do prémio ou de sua fração.

A falta de pagamento do prémio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração. A falta de pagamento do prémio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.

A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:

- Uma fração do prémio no decurso de uma anuidade;
- Um prémio de acerto ou parte de um prémio de montante variável;
- Um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.

O não pagamento, até à data do vencimento, de um prémio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato de seguro com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prémio não pago.

A cessação do contrato por efeito do não pagamento do prémio, ou de parte ou fração deste, não o exonera a **si** da obrigação de pagamento do prémio correspondente ao período em que o contrato haja vigorado, acrescido dos juros de mora devidos.

O dia e hora de início da cobertura dos riscos são indicados no contrato, atendendo ao **seu** prévio pagamento do prémio, o que é igualmente aplicável ao início de efeitos do contrato, caso distinto do início da cobertura dos riscos.

Coexistência de contratos de seguros

Qualquer pagamento efetuado ao abrigo da presente **Apólice** será sempre em excesso de, e não em conjunto, com qualquer outro contrato de seguro ou acordo de indemnização, independentemente da forma desse outro contrato, incluindo, mas não limitado a, contratos de seguro para projetos específicos, quer subscritos por **você** ou por qualquer terceiro. Esta **Apólice** não está sujeita aos termos e condições estabelecidos em qualquer outro contrato de seguro.

Notificação de alteração do risco

O prémio, termos e condições da **Apólice** têm por base a **Atividade** que **você** declarou e **nós** aceitámos segurar. **Você** tem o dever de **nos** notificar imediatamente, por escrito, de qualquer alteração material relativa à **sua Atividade** segura (uma alteração do risco é qualquer facto ou circunstância que pode influir na **nostra** decisão de aceitar a celebração deste contrato de seguro ou nas condições da cobertura) e **nós** só consideraremos providenciar cobertura adicional, se **nós** tivermos sido notificados das referidas alterações e tivermos dado concordância às mesmas por escrito.

Prorrogação do contrato

A **Apólice** inicia a sua vigência às 00.01 horas da data de início do **Período do Seguro** referido nas Condições Particulares da **Apólice**. A **Apólice** será prorrogada tácita e automaticamente por período equivalente ao **Período do Seguro**, no final do termo do **Período do Seguro**, com o mesmo prémio de seguro, termos e condições, exceto se qualquer das partes manifestar a intenção de se opor à prorrogação da **Apólice**, através de uma notificação escrita remetida à contraparte, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias relativamente ao final do **Período do Seguro**.

Direitos de terceiros

Em nenhuma circunstância podem ser atribuídos ou reconhecidos a terceiros, sem o **nosso** consentimento prévio e por escrito, qualquer direito ou interesse sobre esta **Apólice**.

Lei aplicável

Esta **Apólice**, incluindo a sua interpretação, aplicação e validade, está sujeita à Lei Portuguesa. A Lei aplicável será a Lei do Contrato de Seguro (Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril).

Resolução de conflitos

Nós e **você** utilizaremos da máxima diligência e envidaremos os melhores esforços para resolver qualquer conflito derivado ou relacionado com esta **Apólice** incluindo, mas não limitado, à sua interpretação, aplicação e validade, através do recurso à mediação.

- A. **Você** e **nós** procuraremos de boa-fé resolver qualquer conflito relacionado com ou resultante desta **Apólice**, incluindo a sua interpretação, aplicação e validade, através de negociação sem recorrer a procedimentos judiciais.

Numa situação de conflito entre **nós** e **você**, uma das partes terá de notificar por escrito a outra parte propondo resolver o litígio através de negociação ("Notificação de Litígio"). No prazo de 14 (catorze) dias após a receção da "Notificação de Litígio", um ou mais representantes de cada parte devem encontrar-se e procurar, com boa-fé, solucionar o conflito mediante acordo. Se não for possível atingir um acordo no prazo de 21 (vinte e um) dias após a "Notificação de Litígio", qualquer uma das partes pode, mediante notificação escrita à outra ("Notificação de Mediação") submeter o conflito a mediação de acordo com o disposto em (B) abaixo.

- B. **Você** e **nós** procuraremos, de boa-fé, resolver o litígio através do recurso à mediação promovida pelo Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, com sede na Associação Comercial de Lisboa.

De forma a tornar efetivo o procedimento de mediação entre **você e nós**, uma das partes terá que notificar por escrito a outra parte através da “Notificação de Mediação”. O mediador deverá ser acordado pelas partes no prazo de 21 (vinte e um) dias após receção da “Notificação de Mediação”, findo o qual e não se chegando a acordo, será o mesmo designado pelo Presidente do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa. O procedimento de mediação deverá ter início, no máximo, no período de 30 (trinta) dias após a designação do mediador. Se alguma das partes não concordar com alguma questão relacionada com a condução da mediação (que não seja qualquer discordância com a escolha do mediador), a requerimento **seu** ou **nosso** o Presidente do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa e o mediador (se já tiver sido designado) irá consultar as partes e decidir sobre a questão em disputa.

- C. Se **você e nós** não logarmos resolver o conflito através de uma mediação não vinculativa, então, **você e nós** acordamos que o referido conflito será resolvido através do recurso à arbitragem vinculativa, de acordo com os termos da Lei de Arbitragem. O conflito será arbitrado por um árbitro único, em Lisboa, que deverá ser um Advogado. Se não concordarmos na escolha de um árbitro adequado, será nomeado um outro árbitro pelo Presidente do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa. O processo de arbitragem vinculativa não deverá começar antes de decorridos 60 (sessenta) dias após a data da última mediação falhada.

Cada parte deve suportar os seus próprios honorários e custos relativos a qualquer procedimento de arbitragem ou mediação, mas os honorários e despesas do árbitro devem ser divididas na mesma proporção entre as partes, salvo se a sentença arbitral estipular o contrário. Não deverão ser decididas em qualquer procedimento arbitral qualquer tipo de indemnizações por danos punitivos ou exemplares. **você e nós** acordamos que a decisão dos árbitro(s) é final e vinculativa para as partes e que a sentença arbitral pode ser executada em qualquer tribunal judicial competente para o efeito.

Cessação do contrato

- A. **Denúncia:**
Você e nós podemos denunciar esta **Apólice**, por escrito, para a morada indicada nas Condições da **Apólice**, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de termo do contrato ou de alguma das suas prorrogações.
- B. **Resolução:**
Você pode resolver esta **Apólice** sempre que se verifique justa causa que o justifique e em especial:
1. em caso de diminuição do risco, se **nós** recusarmos reduzir o prémio em conformidade;
 2. em caso de resolução de um outro **seu** contrato de seguro por **nós**, na sequência de uma **Reclamação**.
 3. Se **nós** não cumprimos com o **nosso** dever de informação antes ou durante a celebração do contrato, ou no caso dos termos e condições da **Apólice** não estarem em conformidade com a informação fornecida antes da celebração do contrato e esta omissão tenha afetado a **sua** decisão de contratar esta **Apólice**, devendo **você** neste caso exercer este direito nos 30 (trinta) dias imediatos à data de receção da **Apólice**.
- C. **Nós** podemos resolver esta **Apólice**:
1. No caso de não pagamento do prémio inicial da **Apólice** ou de alguma das suas frações ou prorrogações, de acordo com a legislação em vigor;
 2. no caso de alterações relevantes no risco;
 3. no caso de omissão ou inexatidão nas informações fornecidas por **você** ou respeitantes a **si** e na **sua** declaração inicial do risco, durante a fase de negociação desta **Apólice** ou durante o **Período do Seguro**, que não tenham originado a anulação automática da **Apólice**.

Módulo de coberturas para consultores de negócios

Condições Especiais de Responsabilidade Civil Profissional
Limite de Indemnização, Gestão de Reclamações, Defesa, Obrigações
e Disposições adicionais

4. na sequência de uma sucessão de **Reclamações**. Por sucessão de Reclamações entende-se a ocorrência de duas ou mais **Reclamações** no decurso de uma anuidade do contrato de seguro.

D. Outras causas admissíveis para a cessação da **Apólice**:

1. No caso de perda total do bem seguro ou cessação da **Atividade** objeto do seguro, resultante de um evento não garantido pela **Apólice**;
2. no caso de requisição, confisco ou expropriação dos bens seguros;
3. no caso de transferência de propriedade do bem ou do negócio seguro, **nós** podemos também resolver o contrato, bem como o adquirente em causa.

A resolução da **Apólice** deve ser sempre notificada à outra parte, por escrito, por carta registada para os endereços constantes da presente **Apólice**.

O a seguir disposto é aplicável a toda a **Apólice**.

Procedimentos para a instância e resolução de queixas

Nós orgulhamo-nos de prestar um serviço de excelência, confiável e eficiente a todos os **nostros** clientes. As **suas** queixas são essenciais para monitorizarmos o nível de serviço que prestamos e, quando possível, atuarmos de forma a prevenir a repetição de problemas.

Nós definimos uma queixa como qualquer manifestação de insatisfação, seja oral ou escrita, justificada ou não, sobre um serviço ou ato praticado por **nós** ou quando **você** discordar de qualquer posição por **nós** assumida.

Se tiver uma queixa para apresentar, por favor contacte o **seu** intermediário de seguros em primeiro lugar, se tiver um.

Se a **sua** queixa não puder ser satisfatoriamente resolvida pelo **seu** intermediário de seguros, pode apresentar a **sua** queixa, por escrito, diretamente para os **nostros** serviços, fornecendo a **sua** identificação e os **seus** dados de contacto, bem como a descrição dos factos que motivaram a queixa, com identificação dos intervenientes e da data em que os factos ocorreram, ao cuidado de:

Hiscox Insurance Company Limited – Sucursal em Portugal
Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 – 5º
1050-094 Lisboa
Portugal
Email: portugal.complaints@hiscox.pt

Se **você** não ficou satisfeito com a forma como a **sua** queixa foi resolvida pela Hiscox Portugal, pode apresentar o **seu** caso diretamente ao **nosso** Provedor do Cliente, que é uma entidade independente e de reconhecido prestígio, sem que tal afete o **seu** direito de recurso à ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, aos tribunais ou aos mecanismos de resolução extrajudicial de litígios.

Os contactos são:

PACCV Sociedade de Advogados
Dr. Francisco Borges de Carvalho
Rua Braamcamp, 6 – 1º Esq
1250-050 Lisboa
Fax. +351 21 380 2629
E-mail: fborgescarvalho@paccv.com

Nas **suas** comunicações para **nós** ou para o Provedor do Cliente, por favor faça referência ao número da **sua Apólice** que pode encontrar nas Condições Particulares.

De igual modo, se **você** não ficou satisfeito com a forma como a **sua** queixa foi resolvida pelo *Syndicate* 3624, pode apresentar o **seu** caso diretamente ao Lloyd's of London, sem que tal afete o **seu** direito de recurso à ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, aos tribunais ou aos mecanismos de resolução extrajudicial de litígios. A morada é:

Policyholder & Market Assistance
Lloyd's Market Services
1 Lime Street
London EC3M 7HA
United Kingdom

Tel: +44 20 7327 5693
Fax: +44 207327 5225
Email: complaints@lloyds.com

Nas **suas** comunicações para **nós** ou para o Lloyd's of London, por favor faça referência ao número da **sua Apólice** que pode encontrar nas Condições Particulares.

**Entidades de
Resolução
Alternativa de
Litígios**

Em caso de litígio relativamente a este contrato, tem ainda à sua disposição as seguintes entidades de resolução alternativa de litígios, cujo regulamento, que contém nomeadamente os limites da competência em razão do território e do valor, deve consultar em:

- CIMPAS – Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem de Seguros (<https://www.cimpas.pt>);
- CACCL – Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa (<http://www.centroarbitragemlisboa.pt>);
- TRIAVE – Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Vale do Ave/Tribunal Arbitral (<http://www.triave.pt>);
- CIAB – Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo (<http://www.ciab.pt>);
- CNIACC – Centro Nacional de Informação e Arbitragem de Conflitos de consumo (<http://www.arbitragemdeconsumo.org>);
- CACCDC – Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Distrito de Coimbra (<http://www.centrodearbitragemdecoimbra.com>);
- CIMAAL – Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Conflitos de Consumo do Algarve (<http://www.consumoalgarve.pt>);
- CICAP – Centro de Informação de Consumo e Arbitragem do Porto (<http://www.cicap.pt>);
- SRIAS – Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo da Madeira (<http://www.srrh.gov-madeira.pt>).

Para mais informações, pode consultar ainda o Portal do Consumidor em <http://www.consumidor.pt>.

Por favor note que o recurso a qualquer destas entidades para resolução de litígio é meramente opcional para ambas as partes, dependendo do acordo posterior de ambas.

Tratamento de dados pessoais e Lei de Proteção de Dados

Tratamento de dados pessoais. Os dados pessoais recolhidos serão processados e armazenados informaticamente pela Hiscox Europe Underwriting Ltd – Sucursal em Portugal (HEUL), atuando na sua condição de entidade encarregada do processamento da informação, que tratará os **seus** dados em nome e por conta da empresa seguradora, e unicamente para os fins estabelecidos por esta.

A entidade responsável pelo tratamento dos dados nos termos da legislação em vigor será a Hiscox Insurance Company Ltd - Sucursal em Portugal [ou o Lloyd's, se for o caso], sendo os mesmos tratados para fins de pagamento de sinistros, gestão de reclamações, bem como para efeitos de colaboração com diversas entidades para fins estatísticos e de política antifraude e, ainda, para divulgação da **nossa** atividade e dos **nossos** produtos, a não ser que, quanto a este último caso, **você** não **nos** tenha autorizado expressamente.

Quaisquer omissões, inexatidões e falsidades, quer no que respeita a dados de fornecimento obrigatório quer facultativo, são da **sua** inteira responsabilidade. De qualquer modo, aos titulares dos dados é garantido o acesso à informação que lhes diga respeito, podendo solicitar a sua correção, aditamento ou eliminação mediante contacto direto ou por escrito junto da HEUL - Sucursal em Portugal, sito no Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 – 5º, 1050-094 Lisboa.

Você dá-nos ainda o **seu** consentimento expresso para que tais dados possam ser cedidos a outras entidades seguradoras ou organismos públicos ou privados relacionados com o setor dos seguros, para fins estatísticos ou de política antifraude, assim como para efeitos de cosseguro e resseguro. Os dados poderão ainda ser comunicados entre as sociedades que constituem o Grupo Hiscox, para os fins anteriormente mencionados.

Cláusula de aceitação

Você e/ou o Tomador do seguro reconhece expressamente que recebeu a **Apólice** de seguro, manifestando o **seu** conhecimento, aceitação e conformidade da mesma com as informações que lhe foram prestadas previamente à celebração do contrato ou em posterior alteração escrita.

Você e/ou o Tomador do seguro reconhece expressamente que recebeu a **Apólice**, e que leu, examinou e compreendeu o conteúdo e o alcance de todas as cláusulas contidas nos documentos que formam a **Apólice**, tendo-lhe sido prestadas todas as informações e os esclarecimentos necessários, em especial relativamente à legislação aplicável ao contrato de seguro, às diferentes instâncias de reclamação, bem como à identificação e ao estatuto legal do Segurador, da respetiva sucursal e da entidade subscritora.